



ACÓRDÃO Nº739/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12253/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga – IPRETAB.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Altenor Lopes Magalhães (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2269/2021-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga - IPRETAB. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga - IPRETAB, relativa ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Altenor Lopes Magalhães**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Altenor Lopes Magalhães** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com base no art. 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial citados no Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo -



ACÓRDÃO Nº739/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar ao Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga, que:

- 10.3.1.** Preze pela transparência na gestão fiscal, no que tange a existência e atualização da divulgação das informações nos moldes dos ditames na Lei nº 12527/2011.
- 10.3.2.** Cobre de maneira mais efetiva os juros moratórios, a remessa e o acordo previdenciário realizado com a Prefeitura, seguindo as orientações explanadas no Relatório de Inspeção nº 14/2021-DICERP.
- 10.3.3.** Cumpra as disposições legais e regulamentares atinentes aos investimentos.
- 10.3.4.** Cumpra as disposições do art. 94 e 95 da Lei nº 4320/64 integralmente.
- 10.3.5.** Cumpra a exigência prevista no art. 10, III, da Lei nº 2423/96 (parecer conclusivo dos dirigentes do controle interno).
- 10.3.6.** Cumpra a exigência prevista no art. 3º, II, “c” da Resolução nº 08/2011 (incluindo o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal).

10.4. Recomendar ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga- Ipreatab que levem em consideração a possibilidade de instituição de Fundo Financeiro e as conclusões do Relatório Atuarial de fls. 169/230, que identifica um déficit atuarial de R\$ 226.807.048,87.

10.5. Determinar à próxima Comissão de Inspeção que:



ACÓRDÃO Nº739/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.5.1.** Faça uma análise minuciosa do Relatório Atuarial de fls. 169/230.
- 10.5.2.** Acompanhe se as cobranças dos juros de mora, da remessa dos valores pela Prefeitura, do acordo previdenciário, e a correta identificação dos valores referentes a contribuição patronal e dos segurados passaram a realizar-se devidamente.
- 10.6.** **Determinar à SECEX** que avalie a possibilidade de representação em face da **Prefeitura Municipal de Tabatinga**, tendo em vista as informações presentes nestes autos de que o ente municipal deixou de pagar o acordo previdenciário realizado por meio de lei, encaminhou a menor os valores devidos ao órgão previdenciário e deixou de distinguir os valores encaminhados a título de contribuição patronal e do segurado, encaminhando-lhe cópia do Relatório de Inspeção nº 14/2021-DICERP.
- 10.7.** **Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao **Ministério Público Estadual (MPE-AM)** para conhecimento e apuração das irregularidades identificadas por parte do **Ipretab** e da **Prefeitura Municipal de Tabatinga**.
- 10.8.** **Dar ciência** ao relator das contas da **Prefeitura Municipal de Tabatinga**, exercício 2019, quanto à ausência de pagamento do acordo previdenciário e da remessa integral dos valores devidos ao **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga-Ipretab**, encaminhando-lhe cópia do Relatório de Inspeção nº 14/2021-DICERP.
- 10.9.** **Dar ciência à Câmara Municipal de Tabatinga**, quanto à ausência de pagamento do acordo previdenciário e da remessa integral dos valores devidos ao **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga-Ipretab**, encaminhando-lhe cópia do Relatório de Inspeção nº 14/2021-DICERP e do Relatório Atuarial de fls. 169/230.
- 11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 4 de Agosto de 2021.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº739/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire
Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição